

**CARGO: T01 - TÉCNICO DO MPU - ADMINISTRAÇÃO
(PÓS-EDITAL)**

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2502143648M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

3º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Ministério Público da União

MPU

CARGO:

T01 - Técnico do MPU - Administração

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

2/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

2/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

MPU - 3º SIMULADO - CARGO T01 - TÉCNICO DO MPU - ADMINISTRAÇÃO (PÓS-EDITAL)

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

1

“A paciência é a arte de saber esperar sem permitir que a inquietação tome conta do espírito.” A partir da ideia central do texto, é correto afirmar que:

- (A) a paciência é inata ao ser humano e não pode ser desenvolvida.
- (B) a inquietação é um estado positivo que favorece a paciência.
- (C) a espera é sempre sinônimo de passividade e resignação.
- (D) a paciência envolve controle emocional diante da demora.
- (E) o espírito humano se fortalece à medida que evita a espera.

2

“Nem sempre a resposta mais rápida é a mais acertada; refletir antes de agir pode evitar erros irreversíveis.” A mensagem principal do texto enfatiza que:

- (A) a impulsividade pode levar a decisões equivocadas.
- (B) a rapidez na tomada de decisão é sempre um erro.
- (C) a reflexão é desnecessária quando há experiência prévia.
- (D) a hesitação excessiva prejudica o processo decisório.
- (E) a correção de erros é mais importante do que evitá-los.

3

“O silêncio, muitas vezes, comunica mais do que palavras. Há mensagens que só podem ser compreendidas na ausência do som.” De acordo com o texto, é correto afirmar que:

- (A) o silêncio pode ser uma forma eficaz de comunicação.
- (B) toda comunicação depende exclusivamente da fala.
- (C) a ausência de som sempre gera confusão na interpretação.
- (D) apenas palavras podem expressar sentimentos profundos.
- (E) a comunicação não verbal é menos eficiente que a verbal.

4

“Uma ideia bem estruturada facilita a compreensão do leitor. A organização das informações impacta diretamente a clareza do texto.” Com base no período, a organização estrutural de um texto:

- (A) é um fator secundário na compreensão do leitor.
- (B) não influencia na interpretação da mensagem.
- (C) contribui significativamente para a clareza do conteúdo.
- (D) deve seguir sempre um único modelo fixo.
- (E) é irrelevante para a construção de sentido.

5

“Um texto bem construído deve garantir a articulação lógica das ideias. A conexão entre frases e parágrafos influencia diretamente sua compreensão.” Com base no trecho, é correto afirmar que:

- (A) a coesão textual é um elemento irrelevante para a clareza.
- (B) a coerência depende apenas da gramática correta.
- (C) a intertextualidade ocorre apenas em textos literários.
- (D) a falta de coesão não compromete o entendimento de um texto.
- (E) a organização das informações é essencial para a coesão e a coerência.

6

“Para convencer alguém, não basta expor fatos; é necessário estruturar um raciocínio lógico e apresentar justificativas.” O trecho exemplifica o seguinte modo de organização discursiva:

- (A) descrição, pois apresenta detalhes específicos sobre um tema.
- (B) narração, pois conta uma sequência de eventos.
- (C) exposição, pois apenas informa um conceito.
- (D) argumentação, pois busca persuadir por meio de justificativas.
- (E) injunção, pois instrui o leitor sobre um procedimento.

7

“Descubra o segredo para uma vida mais equilibrada e harmoniosa. Consulte nossos especialistas e transforme seu destino!” O texto acima exemplifica o seguinte tipo textual:

- (A) informativo, pois apresenta dados objetivos e imparciais.
- (B) publicitário, pois busca persuadir o leitor a adquirir um serviço.
- (C) normativo, pois estabelece regras a serem seguidas.
- (D) didático, pois ensina um conceito específico.
- (E) propagandístico, pois busca difundir uma ideologia.

8

“As folhas caíam suavemente, como se dançassem ao som de uma melodia invisível, tingindo o chão de dourado e nostalgia.” O trecho acima caracteriza-se como um texto:

- (A) literário, pois utiliza linguagem conotativa e estética.
- (B) informativo, pois apresenta um relato objetivo.
- (C) publicitário, pois busca persuadir o leitor.
- (D) normativo, pois estabelece uma regra de conduta.
- (E) técnico, pois tem caráter instrucional.

9

“A Revolução Industrial marcou uma transformação na economia global, alterando o modo de produção e impulsionando a urbanização em diversos países.” O trecho acima caracteriza-se como um texto:

- (A) literário, pois apresenta subjetividade e linguagem poética.
- (B) publicitário, pois busca convencer o leitor sobre um tema.
- (C) não literário, pois tem caráter informativo e objetivo.
- (D) narrativo, pois relata eventos de forma cronológica.
- (E) normativo, pois estabelece regras sobre determinado assunto.

10

“Durante a reunião, o diretor explicou com detalhes as mudanças na política da empresa.” Assinale a opção em que a reescrita da frase mantém a correção gramatical e o sentido original.

- (A) O diretor, durante a reunião, as mudanças na política da empresa explicou com detalhes.
- (B) Explicou, durante a reunião, com detalhes, o diretor as mudanças na política da empresa.
- (C) Com detalhes, explicou as mudanças na política da empresa, o diretor, durante a reunião.
- (D) As mudanças na política da empresa, com detalhes, o diretor explicou, durante a reunião.
- (E) O diretor explicou, durante a reunião, com detalhes, as mudanças na política da empresa.

11

“Ao longo dos anos, várias tecnologias surgiram para facilitar a comunicação global.” Assinale a alternativa em que a reescrita da frase apresenta um problema estrutural.

- (A) Ao longo dos anos, surgiram várias tecnologias para a comunicação global facilitar.
- (B) Várias tecnologias surgiram para facilitar a comunicação global ao longo dos anos.
- (C) Para facilitar a comunicação global, várias tecnologias surgiram ao longo dos anos.
- (D) Ao longo dos anos, surgiram várias tecnologias para facilitar a comunicação global.
- (E) Surgiram, ao longo dos anos, várias tecnologias para facilitar a comunicação global.

12

“Compre já o novo modelo! Mais moderno, mais eficiente, mais econômico!” A função da linguagem predominante no trecho acima é:

- (A) emotiva, pois expressa sentimentos e emoções do emissor.
- (B) metalinguística, pois explica o próprio código da linguagem.
- (C) conativa, pois busca influenciar a atitude do receptor.
- (D) poética, pois enfatiza a estética e a organização do discurso.
- (E) referencial, pois informa objetivamente sobre o produto.

13

No que diz respeito às classes de palavras, assinale a frase em que o termo destacado desempenha a função de advérbio.

- (A) “Ela sempre foi muito **amiga** dos colegas de trabalho.”
- (B) “A resposta **final** foi dada pelo gerente da empresa.”
- (C) “Ele tinha uma postura bastante **séria** durante a reunião.”
- (D) “Eles saíram **cedo** para evitar o trânsito pesado.”
- (E) “O projeto foi considerado um **sucesso** pelos investidores.”

14

Indique a frase em que o verbo destacado está empregado em um **tempo e modo verbal que indica uma hipótese ou possibilidade**.

- (A) “Se ele **estivesse** mais atento, teria evitado o erro.”
- (B) “Quando cheguei, ele já **tinha saído** do escritório.”
- (C) “Ela sempre **falava** sobre os planos para o futuro.”
- (D) “Espero que tudo **ocorra** conforme o planejado.”
- (E) “Eles **compraram** a casa na semana passada.”

15

Assinale a alternativa em que a conjunção destacada estabelece uma relação de **proporcionalidade** entre as orações.

- (A) “Não saia de casa, **porque** está chovendo muito.”
- (B) “Ele não só estudou muito, **mas também** fez vários exercícios.”
- (C) “**À medida que** o tempo passava, a tensão aumentava.”
- (D) “Não desistirei, **embora** os desafios sejam grandes.”
- (E) “**Se** você estudar, terá bons resultados.”

16

Indique a frase em que a preposição destacada introduz um **termo que expressa a finalidade** da ação verbal.

- (A) “Ele fez um curso **para** aprimorar suas habilidades profissionais.”
- (B) “O professor falou **sobre** a importância da leitura.”

- (C) “A decisão foi tomada **com** cautela.”
 (D) “A estrada liga a cidade **a** um pequeno vilarejo.”
 (E) “A viagem foi interrompida **por** causa da tempestade.”

17

Indique a frase em que a palavra destacada foi empregada como **sinônimo de “astuto”**.

- (A) “João é um rapaz **ingênuo**, sempre acredita em tudo o que dizem.”
 (B) “A resposta do advogado foi **hesitante**, o que comprometeu sua credibilidade.”
 (C) “O cientista era um homem **perspicaz**, enxergava soluções onde ninguém mais via.”
 (D) “O negociador era extremamente **sagaz**, encontrando saídas para qualquer impasse.”
 (E) “O jovem era muito **distraído**, sempre perdia seus pertences.”

18

Indique a frase em que há um caso de **ambiguidade estrutural**, tornando a interpretação da sentença incerta.

- (A) “O gerente pediu para os funcionários saírem mais cedo.”
 (B) “Pedro disse ao irmão que ele deveria estudar mais.”
 (C) “A mãe observava a filha no parque com um binóculo.”
 (D) “O aluno entregou o trabalho ao professor na sala de aula.”
 (E) “Mariana encontrou um livro sobre a mesa do escritório.”

19

Indique a frase em que há um caso de **estrangeirismo**, termo incorporado ao português a partir de outra língua.

- (A) “O poeta utilizou expressões como ‘vós’ e ‘cousa’ em sua obra.”
 (B) “A empresa adotou um novo layout para o site.”
 (C) “O juiz decidiu ex officio que a medida deveria ser anulada.”
 (D) “Muitos acham a palavra ‘invernáculo’ uma relíquia linguística.”
 (E) “Com o avanço da tecnologia, surgiram muitos termos novos, como ‘app’.”

20

Assinale a alternativa em que o uso da crase está correto.

- (A) O professor fez referência à obra clássica durante a aula.
 (B) O palestrante foi à um congresso sobre sustentabilidade.
 (C) O evento ocorrerá de segunda à sexta-feira, com entrada gratuita.

- (D) A equipe de pesquisa embarcou à Portugal para um congresso internacional.
 (E) A secretária entregou o relatório à Pedro logo pela manhã.

Noções de Sustentabilidade**Rebecca Guimarães****21**

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

- (A) preservar e restaurar os processos biológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e dos biomas considerados patrimônio nacional.
 (B) exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, licença ambiental, a que se dará publicidade.
 (C) manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior a incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes.
 (D) proteger a fauna e a flora, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, para as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.
 (E) promover a educação ambiental nos ensinamentos fundamental e médio e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

22

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED), que havia sido criada em 1983, publicou um relatório intitulado **Our common future**. O documento veio a ser conhecido como **Brundtland Report** em homenagem à presidente da Comissão, Gro Harlem Brundtland. Ela desenvolveu princípios orientadores para o desenvolvimento sustentável como é geralmente entendido hoje.

Sobre esses princípios, assinale a única alternativa correta.

- (A) Os problemas ambientais globais críticos eram principalmente o resultado da enorme pobreza do Sul e dos padrões não sustentáveis de consumo e produção no Norte.
- (B) O crescimento econômico é necessário para a redução da pobreza e, conseqüentemente, para a minimização dos impactos ambientais pelos países ricos.
- (C) Das indicações do relatório derivaram várias interpretações que sintetizam as propostas de sustentabilidade de diferentes grupos sociais. No entanto, apesar das várias indicações, existe somente uma única visão do que seja o "desenvolvimento sustentável".
- (D) A desaceleração do crescimento econômico, a revisão da qualidade do desenvolvimento, a conservação e melhoria da utilização de recursos e a inclusão do meio ambiente e da economia devem estar presentes no processo de tomada de decisões.
- (E) O conceito de desenvolvimento sustentável pode ser definido estritamente como "o equilíbrio entre o uso de recursos naturais e a preservação do meio ambiente, com o objetivo de garantir a qualidade de vida das futuras gerações".

23

A Lei n. 9.985/2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Considerando essa Lei, assinale a alternativa que **NÃO** está incluída no grupo de categorias de unidade de conservação de Proteção Integral.

- (A) Estação Ecológica
- (B) Reserva Extrativista
- (C) Parque Nacional
- (D) Monumento Natural
- (E) Refúgio de Vida Silvestre

24

A Lei n. 12.187, de 29 de dezembro de 2009, instituiu os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Segundo esta Lei, é uma das diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima:

- (A) a Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, de acordo com os critérios estabelecidos por essa Convenção e por suas Conferências das Partes.
- (B) os mecanismos financeiros e econômicos referentes à mitigação da mudança do clima e à adaptação aos efeitos da mudança do clima que existam no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Protocolo de Quioto.
- (C) o aperfeiçoamento da observação sistemática e precisa do clima e suas manifestações no território nacional e nas áreas oceânicas contíguas.
- (D) o fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional.
- (E) o monitoramento climático nacional.

25

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei n. 12.305/2010, é um marco regulatório voltado para a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos no país.

Em relação às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos, assinale a opção que apresenta a ordem correta.

- (A) Não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- (B) Coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- (C) Licenciamento, controle, fiscalização, recuperação ambiental e aplicação de multas.
- (D) Diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos e procedimentos operacionais e especificações mínimas.
- (E) Diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos, proposição de cenários, incluindo tendências internacionais e macroeconômicas, metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada e medidas para incentivar e viabilizar a gestão regionalizada dos resíduos sólidos.

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

Matheus Atalano

26

Sobre a relação entre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e os tratados internacionais de direitos humanos, é correto afirmar que:

- (A) todos os tratados internacionais ratificados pelo Brasil possuem automaticamente status de lei complementar.
- (B) os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil antes de 1988 possuem hierarquia constitucional, independentemente de sua aprovação pelo Congresso Nacional.
- (C) o artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal estabelece que os tratados internacionais de direitos humanos aprovados pelo rito específico possuem hierarquia de emenda constitucional.
- (D) a Constituição Federal de 1988 não menciona a possibilidade de incorporação de tratados internacionais ao ordenamento jurídico brasileiro, muito menos a sua denúncia.
- (E) o Supremo Tribunal Federal entende que todos os tratados internacionais de direitos humanos possuem status supralegal, independentemente de sua forma de aprovação.

27

Sobre a terminologia aplicável aos direitos humanos, é correto afirmar que:

- (A) direitos do homem e direitos fundamentais são expressões sinônimas, utilizadas indistintamente em todas as ordens jurídicas nacionais e internacionais.
- (B) direitos humanos referem-se à proteção de direitos em tratados internacionais, enquanto direitos fundamentais são aqueles reconhecidos e protegidos no âmbito constitucional de cada Estado.
- (C) direitos fundamentais são normas exclusivamente voltadas à proteção dos cidadãos de um determinado país, sem qualquer relação com os direitos humanos.
- (D) a expressão "direitos humanos" passou a ser utilizada apenas a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, não tendo registros anteriores na história jurídica.
- (E) a terminologia "direitos do homem" é mais restrita que direitos humanos, pois se refere apenas aos direitos civis e políticos reconhecidos no século XVIII.

28

Sobre as disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), assinale a única alternativa correta.

- (A) A DUDH possui caráter vinculante e obriga todos os Estados membros da ONU a incorporarem suas disposições ao ordenamento jurídico interno.
- (B) O direito à educação estabelece que o ensino fundamental deve ser gratuito e obrigatório.
- (C) A DUDH limita o direito à vida às pessoas que possuem nacionalidade reconhecida pelo Estado onde residem.
- (D) A DUDH permite a discriminação baseada em religião ou opinião política, desde que fundamentada em leis nacionais.
- (E) A liberdade de expressão pode ser restringida de maneira arbitrária pelos Estados para preservar a ordem pública.

29

Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, assinale a alternativa correta.

- (A) A legislação define a deficiência exclusivamente com base em critérios médicos, sem levar em conta barreiras ambientais e sociais.
- (B) A lei estabelece que a educação inclusiva é facultativa, permitindo que instituições de ensino neguem matrícula a alunos com deficiência, desde que justificado.
- (C) O Estatuto assegura às pessoas com deficiência o direito ao trabalho em igualdade de condições com os demais trabalhadores, incluindo a garantia de ambientes acessíveis e medidas de adaptação razoáveis.
- (D) A legislação exclui a possibilidade de curatela, mesmo nos casos em que a pessoa com deficiência não pode manifestar sua vontade de forma autônoma.
- (E) A acessibilidade prevista na lei aplica-se apenas aos espaços públicos, sem exigências para estabelecimentos privados de uso coletivo.

30

Sobre as instituições da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a única afirmativa correta.

- (A) A CIDH e a Corte IDH possuem competência para julgar indivíduos acusados de violações de direitos humanos.
- (B) Apenas os Estados Partes podem submeter casos à Corte IDH, não sendo permitida a participação de indivíduos ou organizações.
- (C) A Corte IDH pode emitir opiniões consultivas sobre a interpretação da CADH, independentemente da existência de um caso contencioso.

- (D) As decisões da Corte IDH não possuem caráter vinculante para os Estados que reconhecem sua jurisdição.
- (E) A CIDH e a Corte IDH possuem competência para intervir diretamente nos ordenamentos jurídicos internos dos Estados Partes, suspendendo leis nacionais incompatíveis com a CADH.

Legislação Institucional

Mário Elesbão e Glauber Marinho

31

De acordo com a Lei Complementar n. 75/1993, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

- I – Quando a CF estabelece que a instituição Ministério Público é essencial à função jurisdicional de Estado, pode-se depreender que toda a prestação jurisdicional exercida pelo Estado possui a participação do MP como imprescindível.
- II – O MP como defensor da sociedade, protege os chamados direitos sociais “transindividuais”, podendo ser tanto os direitos coletivos (interesses comuns de um determinado grupo de pessoas) ou mesmo direitos difusos (usufruídos por um número indeterminado de pessoas).
- III – Recebida a lista tríplice do respectivo órgão competente, o Presidente da República escolhe um dos três nomes que, após aprovado pelo Senado Federal será o novo PGR.

- (A) Todas estão corretas.
- (B) Apenas a I e a II estão corretas.
- (C) Apenas a II e a III estão corretas.
- (D) Apenas a II está correta.
- (E) Não há alternativa correta.

32

De acordo com a Lei Complementar n. 75/1993, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Ainda que sem autorização do Senado Federal, o Presidente da República poderá destituir *ad nutum* (pela vontade) o Procurador Geral da República, desde que ele responda por crime de responsabilidade no Senado Federal.
- (B) Os mandatos de Procurador-Geral do Trabalho e de Procurador-Geral da Justiça Militar, são de dois anos, permitida uma única recondução, desde que observado o mesmo processo, ou seja, inclusão na lista tríplice e nova escolha por parte do Procurador-Geral da República.
- (C) O mandato do Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios é de dois anos, devendo sua recondução ser precedida de nova lista tríplice e escolhida pelo Procurador-Geral da República.

- (D) Dentre as vedações estipuladas na Constituição Federal aos membros da carreira do Ministério Público, há a impossibilidade de exercerem a atividade político-partidária, exceto para filiar-se ao partido político, sem, no entanto, poder se candidatar
- (E) A partir de sua autonomia financeira, deverá o MP, desde que observados os limites da Lei de Orçamento Anual, elaborar a sua própria proposta orçamentária.

33

Sobre as garantias constitucionais dos membros do Ministério Público da União, é INCORRETO afirmar que:

- (A) é defeso ao membro do MP, já com a garantia da vitaliciedade, ser demitido pela via administrativa. Todavia, administrativamente pode o membro do MP ser colocado em disponibilidade ou aposentado por interesse público, a partir de uma decisão do respectivo Conselho Superior.
- (B) o membro do MP, no íterim do estágio probatório, poderá perder o cargo por decisão administrativa, desde que por deliberação da maioria absoluta do respectivo Conselho Superior.
- (C) é garantido aos membros do MP a inamovibilidade, contudo, a partir da iniciativa do Procurador-Geral, poderá ocorrer a remoção, mediante a decisão do respectivo Conselho Superior, por maioria absoluta de seus membros, assegurada a ampla defesa.
- (D) dotado de independência funcional e de autonomia financeira, o Ministério Público da União não está submetido a fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Congresso Nacional, através do Tribunal de Contas da União, possuindo para tal um órgão próprio de controle interno.
- (E) diante da importância do cargo que exerce, o PGR é dotado de prerrogativas de função. Destarte, o PGR ao responder por um crime comum, o fará perante o Supremo Tribunal Federal.

34

Conforme Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União, cada ramo do MPU e a ESMPU deverá instituir e regulamentar os procedimentos inerentes ao funcionamento das respectivas Comissões Permanentes de Ética. A esse respeito,

- (A) a Comissão Permanente de Ética será composta por, no mínimo, três servidores titulares e respectivos suplentes e seus membros terão mandatos não coincidentes de três anos, permitida uma única recondução .
- (B) a Comissão Permanente de Ética será composta por, no mínimo, cinco servidores titulares e respectivos suplentes e seus membros terão mandatos não coincidentes de dois anos, permitida uma única recondução .
- (C) a Comissão Permanente de Ética será composta por, no mínimo, três servidores titulares e respectivos suplentes e seus membros terão mandatos não

coincidentes de três anos, vedada a possibilidade de recondução.

- (D) a Comissão Permanente de Ética será composta por, no mínimo, cinco servidores titulares e respectivos suplentes e seus membros terão mandatos não coincidentes de dois anos, vedada a possibilidade de recondução.
- (E) a Comissão Permanente de Ética será composta por, no mínimo, sete servidores titulares e respectivos suplentes e seus membros terão mandatos coincidentes de três anos, vedada a possibilidade de recondução.

35

De acordo com o Programa de Integridade do Ministério Público da União, a “promoção da interação e colaboração entre as instâncias de integridade do MPU e demais órgãos do Ministério Público brasileiro com os demais órgãos da Administração Pública, agências e entidades da administração pública indireta, fornecedores e prestadores de serviços e com a sociedade civil organizada, visando a promoção e o fortalecimento da cultura de compliance e da integridade pública” consta como uma ação do seguinte eixo fundamental de atuação:

- (A) Gestão e Governança.
 (B) Ética, Controle e Transparência.
 (C) Cidadania e Integração.
 (D) Transparência.
 (E) Compliance.

Noções de Direito Constitucional

Mário Elesbão

36

A República Federativa do Brasil rege-se, em suas relações internacionais, pelos seguintes princípios, assinale a alternativa em que não há um desses princípios.

- (A) Repúdio ao terrorismo e ao racismo e Independência nacional.
 (B) Independência nacional e Prevalência dos direitos humanos.
 (C) Igualdade entre os Estados e Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
 (D) Prevalência dos direitos humanos e Defesa da Paz.
 (E) E autodeterminação dos povos e Soberania.

37

Archimedes estava participando de um processo seletivo para o cargo de advogado em uma empresa privada. Na prova de Direito Constitucional, havia uma questão que tratava de Fundamentos da República Federativa do Brasil, em que foi perguntado, qual alternativa assinalava somente fundamentos. Archimedes marcou corretamente o seguinte item:

- (A) cidadania e erradicação da pobreza.
 (B) dignidade da pessoa humana e construção de uma sociedade livre justa e solidária.
 (C) redução das desigualdades sociais e regionais e pluralismo político.
 (D) dignidade da pessoa humana e valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
 (E) pluralismo político e erradicação da marginalização.

38

De acordo com a Constituição, a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade são direitos associados à dignidade da pessoa humana. Sobre os direitos fundamentais é INCORRETO afirmar que:

- (A) é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
 (B) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
 (C) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do seu proprietário, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
 (D) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
 (E) é garantido o direito de propriedade.

39

Em relação às características e natureza dos direitos fundamentais, é INCORRETO afirmar que:

- (A) direitos fundamentais não são absolutos.
 (B) direitos fundamentais são inalienáveis.
 (C) direitos fundamentais são prescritíveis.
 (D) direitos fundamentais são manifestações do fundamento da dignidade da pessoa humana.
 (E) direitos fundamentais, eventualmente, podem assistir a pessoas jurídicas.

40

Joseph é filho de um diplomata brasileiro e nasceu em Paris, na França, quando o pai estava em missão oficial. Nesse caso, para que Joseph obtenha a nacionalidade brasileira (brasileiro nato), é correto afirmar:

- (A) Joseph é automaticamente brasileiro nato, sem precisar fazer nada.
- (B) Joseph deverá ser registrado em repartição brasileira.
- (C) Joseph deverá requerer a nacionalidade ao Ministério da Justiça assim que pisar em solo brasileiro.
- (D) Joseph não poderá ser brasileiro nato, apenas naturalizado.
- (E) Joseph, se nada fizer e a depender da lei francesa, poderá ser um apátrida.

41

Petrônio, estudante de Direito, questionou o seu professor de Direito Constitucional, sobre quais as situações podem acarretar a perda ou a suspensão dos direitos políticos. O professor respondeu corretamente, exceto quando disse:

- (A) improbidade administrativa.
- (B) recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.
- (C) cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- (D) condenação criminal em decisão proferida por órgão colegiado.
- (E) incapacidade civil absoluta.

42

Diante do vertiginoso crescimento populacional no Distrito Federal, um deputado federal da base do GDF, apresentou, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei para permitir que possa haver a criação de municípios nessa unidade da federação. Sobre o projeto de lei, pode-se dizer o seguinte:

- (A) o projeto de lei é inconstitucional, pois a norma adequada para a medida seria um projeto de lei complementar.
- (B) o projeto de lei é inconstitucional, pois a vedação para que o Distrito Federal venha a se subdividir em municípios é de natureza constitucional, ou seja, a alteração legislativa dependeria de aprovação de proposta de emenda à Constituição.
- (C) o projeto de lei é inconstitucional, pois deveria ser deliberado na Câmara Legislativa do Distrito Federal, não na Câmara dos Deputados.
- (D) o projeto de lei é constitucional, pois um deputado federal possui legitimidade para propor um projeto de lei dessa natureza.
- (E) o projeto de lei é inconstitucional em princípio, todavia se fosse sancionado pelo presidente da República, tornar-se-ia constitucional.

43

Conforme disciplina a Constituição Federal, acerca do julgamento das contas do presidente da República, é correto afirmar o seguinte:

- (A) é julgada pelo Pleno no Tribunal de Contas da União.
- (B) é julgada pela Câmara dos Deputados e caso não seja aprovada, acarreta, automaticamente, autorização para julgamento por crime de responsabilidade.
- (C) é julgada pelo Congresso Nacional, após parecer prévio, não vinculante, do Tribunal de Contas da União.
- (D) é julgada pelo Congresso Nacional, após parecer prévio, vinculante, do Tribunal de Contas da União.
- (E) é julgada pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal.

44

O Ministério Público (MP) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. Sobre o MP, é INCORRETO afirmar:

- (A) é vedado ao Membro do Ministério Público o exercício da Advocacia.
- (B) ao Ministério Público não é assegurada autonomia funcional e administrativa, cabendo ao próprio Ministério Público propor a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares.
- (C) os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tripartite dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- (D) o Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho, entre outros.
- (E) é vedado ao Membro do Ministério Público o exercício de atividade político-partidária.

45

Acerca dos ministros do Tribunal de contas da União, é correto afirmar que:

- (A) serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam, dentre ou outro, do seguinte requisito: notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros, de administração pública ou de economia internacional.
- (B) um terço deles é de livre escolha do presidente da República.
- (C) terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (D) dois terços são escolhidos pelo Congresso Nacional.
- (E) com relação à idade, exige-se mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.

Teoria Geral do Processo

Cristiny Rocha

46

Sobre litisconsórcio no processo civil, analise as assertivas:

- I – O requerimento de limitação de litisconsórcio suspende o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar, sendo que dessa decisão judicial caberá apelação se houver exclusão do litisconsorte.
- II – Conforme entendimento do STJ o desmembramento para limitação de litisconsórcio multitudinário não importa em propositura de nova ação, mas mero procedimento, razão pela qual não há que falar em prescrição.
- III – Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.

Está(ão) correta(s):

- (A) Somente I.
- (B) Somente II.
- (C) Somente III.
- (D) Somente II e III.
- (E) Todas estão corretas.

47

Sobre prova testemunhal no processo civil, analise as assertivas:

- I – Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.
- II – Depois de apresentado o rol de testemunhas, a parte só pode substituir a testemunha que falecer, ou que por enfermidade não estiver em condições de depor, ou que tendo mudado de residência ou de local de trabalho e não seja encontrada.
- III – Os vereadores são inquiridos em sua residência ou onde exercem sua função.

Está(ão) correta(s):

- (A) Somente I.
- (B) Somente II.
- (C) Somente III.
- (D) I e II.
- (E) Todas estão corretas.

48

Sobre intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta.

- (A) No incidente de desconsideração da personalidade jurídica estará presente o interesse público que torne sempre obrigatória a intervenção do MP como fiscal da ordem jurídica.
- (B) Caberá ao juiz ou ao relator, na decisão que solicitar ou admitir a intervenção do amicus curiae, definir os poderes desse terceiro.
- (C) Conforme entendimento do STJ se admite a intervenção como amicus curiae de instituição de caráter abrangente, ainda que composta exclusivamente por advogados cujo interesse subjetivo guarde relação com o julgamento favorável de uma das partes.
- (D) Concluída a instrução do incidente de desconsideração de personalidade jurídica será proferida sentença.
- (E) A citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 15 dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento ao processo.

49

Sobre tutelas provisórias no processo civil, conforme disposições do Código de Processo Civil e jurisprudência, analise as afirmativas a seguir:

- I – O prazo de 30 dias para a formulação do pedido principal em tutela cautelar antecedente, previsto no art. 308 do Código de Processo Civil, possui natureza jurídica processual e, conseqüentemente, sua contagem deve ser realizada em dias úteis, nos termos do art. 219 do CPC.
- II – Não ocorre a estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, quando deferida em ação rescisória.
- III – A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Está(ão) correta(s):

- (A) Somente a I.
- (B) Somente a II.
- (C) Somente a III.
- (D) II e III.
- (E) Todas estão corretas.

50

Sobre ação monitória, conforme as disposições do Código de Processo Civil e jurisprudência, assinale a alternativa correta.

- (A) Conforme entendimento do STJ a documentação consistente em notas fiscais serve para o ajuizamento da ação monitória, não se exigindo que contenha a assinatura do devedor.
- (B) O STJ já entendeu que não ocorre cerceamento de defesa quando a ação monitória é extinta sob o fundamento de insuficiência da prova escrita, mesmo com pedido do autor para a produção de perícia após a oposição de embargos monitórios.
- (C) O contrato de abertura de crédito em conta-corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, não constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória.
- (D) O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de nota promissória sem força executiva é quinquenal, a contar do dia do vencimento do título.
- (E) O juiz condenará o autor de ação monitória proposta indevidamente e de má-fé ao pagamento, em favor do réu, de multa de até vinte por cento sobre o valor da causa.

Noções de Direito Penal

Carolina Carvalho

51

João cometeu um crime em 2018, quando determinada conduta era considerada ilícita e punível com pena privativa de liberdade. Em 2023, uma nova lei foi editada, revogando o dispositivo penal anterior e descriminalizando a conduta praticada por João. Diante desse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) João permanecerá sujeito à pena prevista na lei vigente à época do fato, pois a lei penal não retroage.
- (B) João deverá ser beneficiado pela nova lei, pois a *abolitio criminis* retroage para alcançar fatos anteriores ainda não transitados em julgado, mas não afeta condenações definitivas.
- (C) João será beneficiado pela nova lei, pois a *abolitio criminis* retroage para alcançar todos os casos anteriores, inclusive os já transitados em julgado.
- (D) João não poderá ser beneficiado, pois a revogação da norma penal não afeta as condenações anteriores, salvo se houver previsão expressa na nova lei.
- (E) João poderá optar pela aplicação da norma mais favorável, conforme seu interesse, independentemente da existência de *abolitio criminis*.

52

Carlos, de 17 anos, foi apreendido após praticar um ato que, se cometido por um adulto, seria considerado crime de roubo. Durante o processo, a defesa alegou sua inimputabilidade penal. Com base nas regras sobre imputabilidade no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Carlos é penalmente imputável, pois já possui discernimento suficiente para entender o caráter ilícito do fato.
- (B) Carlos poderá responder pelo crime na forma prevista no Código Penal, mas terá a pena reduzida devido à sua idade.
- (C) Carlos é inimputável, pois menores de 18 anos não estão sujeitos às normas do Código Penal, mas sim às medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (D) Carlos poderá ser submetido a sanções penais se o juiz reconhecer que ele possuía plena capacidade de entender o caráter ilícito de sua conduta.
- (E) Carlos poderá ser considerado semi-imputável, caso fique comprovado que sua capacidade de autodeterminação era reduzida no momento do fato.

53

Ana e Bruno decidem cometer um furto em uma loja. Ana entra no estabelecimento e subtrai os objetos, enquanto Bruno permanece do lado de fora vigiando e alertando sobre a aproximação de qualquer pessoa. Após a prisão de ambos, a defesa de Bruno argumenta que ele não praticou diretamente o crime e, portanto, não poderia ser responsabilizado. Com base nas regras do concurso de pessoas no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas Ana responderá pelo furto, pois foi quem praticou diretamente a subtração dos bens.
- (B) Bruno não poderá ser responsabilizado, pois sua conduta de vigiar o local não se equipara à prática do crime de furto.
- (C) Ana e Bruno responderão pelo crime de furto, pois houve liame subjetivo entre eles e divisão de tarefas na execução do delito.
- (D) Bruno responderá apenas por favorecimento real, pois sua conduta não se confunde com a de quem executa diretamente o furto.
- (E) Bruno poderá ser isento de pena, pois sua participação foi de menor importância na execução do crime.

54

Lucas foi condenado pela prática de um crime e, na dosimetria da pena, o juiz aplicou pena restritiva de direitos em substituição à pena privativa de liberdade. Considerando as espécies de pena e as regras de aplicação da pena no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A pena restritiva de direitos somente pode ser aplicada como substituição à pena privativa de liberdade quando esta não for superior a oito anos.
- (B) A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos é obrigatória sempre que o crime for praticado sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- (C) O juiz pode substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos desde que a pena aplicada não seja superior a quatro anos e o crime não tenha sido cometido com violência ou grave ameaça, salvo se o réu for reincidente em crime doloso.
- (D) As penas restritivas de direitos são autônomas e independem da pena privativa de liberdade, podendo ser aplicadas mesmo quando esta ultrapassar o limite legal.
- (E) A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos é vedada nos crimes culposos, independentemente da pena aplicada.

55

Carlos, diagnosticado com esquizofrenia grave, praticou um crime em circunstâncias que demonstraram sua completa incapacidade de entender o caráter ilícito do fato. Durante o julgamento, o juiz reconheceu sua inimputabilidade e determinou a aplicação de uma medida de segurança. Considerando as regras sobre medidas de segurança no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Carlos cumprirá pena privativa de liberdade reduzida, pois sua condição mental apenas atenua sua responsabilidade penal.
- (B) A medida de segurança aplicada a Carlos poderá ter duração indeterminada, mas não poderá ultrapassar o tempo máximo da pena cominada ao crime cometido.
- (C) Carlos será absolvido e colocado em liberdade, pois inimputáveis não podem sofrer qualquer tipo de sanção penal.
- (D) A medida de segurança imposta a Carlos poderá consistir em internação em hospital de custódia ou tratamento ambulatorial, conforme o grau de periculosidade do agente.
- (E) A imposição de medida de segurança só é possível se o crime praticado for punível com reclusão, sendo vedada para crimes de menor potencial ofensivo.

56

João foi condenado definitivamente pela prática de um crime e iniciou o cumprimento da pena. Após alguns anos, verificou-se que o prazo prescricional previsto para a execução da pena havia transcorrido sem que houvesse a adoção de medidas para sua efetivação. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

- (A) A prescrição da execução da pena não extingue a punibilidade, pois a sentença condenatória já transitou em julgado.
- (B) A prescrição da execução da pena extingue a punibilidade, impedindo o Estado de exigir o cumprimento da pena imposta.
- (C) A extinção da punibilidade pela prescrição da execução da pena depende de manifestação expressa do condenado.
- (D) A prescrição da execução da pena apenas reduz o tempo de cumprimento da pena, mas não impede a sua exigibilidade pelo Estado.
- (E) O reconhecimento da prescrição da execução da pena impede apenas a aplicação de sanções mais gravosas, mas não extingue a punibilidade.

57

O servidor público Carlos, no exercício de suas funções, exigiu de um particular o pagamento de uma quantia indevida para a liberação de um documento oficial. O particular, sentindo-se coagido, realizou o pagamento, mas logo após denunciou o fato às autoridades competentes. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

- (A) Carlos cometeu o crime de corrupção passiva, pois solicitou vantagem indevida no exercício de sua função pública.
- (B) Carlos cometeu o crime de concussão, pois exigiu vantagem indevida em razão do cargo que ocupa.
- (C) Carlos cometeu o crime de peculato, pois apropriou-se de valores que não lhe pertenciam no exercício da função pública.
- (D) Carlos cometeu o crime de prevaricação, pois retardou ou deixou de praticar ato de ofício para obter vantagem indevida.
- (E) Carlos não cometeu crime algum, pois a vantagem foi entregue pelo particular sem resistência física.

58

Carlos, testemunha em um processo criminal, foi chamado a depor em juízo. No entanto, com a intenção de favorecer o réu, Carlos prestou declarações falsas sobre os fatos, distorcendo a realidade. Após investigações, constatou-se que ele deliberadamente mentiu em seu depoimento. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

- (A) Carlos cometeu o crime de denúncia caluniosa, pois fez afirmações falsas que poderiam prejudicar terceiros.

- (B) Carlos cometeu o crime de desobediência, pois deixou de cumprir o dever de dizer a verdade em juízo.
- (C) Carlos cometeu o crime de falso testemunho, pois, na qualidade de testemunha, prestou declarações falsas em juízo.
- (D) Carlos não cometeu crime algum, pois seu depoimento não alterou o resultado do processo.
- (E) Carlos cometeu o crime de fraude processual, pois tentou induzir o juiz a erro por meio de declarações inverídicas.

59

João, em um ambiente público, proferiu ofensas racistas contra um colega de trabalho, chamando-o de termos depreciativos relacionados à sua cor da pele. A vítima, sentindo-se profundamente humilhada, “denunciou” João às autoridades. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

- (A) João cometeu o crime de injúria racial, que é um crime de ação penal privada e depende de representação da vítima.
- (B) João cometeu o crime de injúria racial, conduta prevista na Lei n. 7.716/1989, que é imprescritível e inafiançável.
- (C) João cometeu o crime de difamação, pois sua conduta atingiu a honra objetiva da vítima perante terceiros.
- (D) João cometeu o crime de lesão corporal, pois causou sofrimento psicológico à vítima ao proferir ofensas racistas.
- (E) João não cometeu crime, pois as palavras ditas em um ambiente informal não configuram ofensa penalmente relevante.

60

Durante a abordagem de um suspeito, o policial militar Roberto, sem justificativa legal, determinou que o suspeito fosse algemado e colocado em uma viatura, mesmo sabendo que ele não oferecia risco de fuga ou de violência. Além disso, Roberto fez questão de humilhar o suspeito, proferindo palavras de calão durante a abordagem. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

- (A) Roberto cometeu crime de abuso de autoridade, previsto na Lei n. 13.869/2019, por ter agido de maneira desproporcional e excessiva.
- (B) Roberto cometeu crime de tortura, pois causou sofrimento físico e psicológico ao suspeito com suas ações.
- (C) Roberto cometeu crime de falso testemunho, pois sua conduta durante a abordagem foi considerada ilegal, mas não implicou em mentir em juízo.

- (D) Roberto cometeu crime de desobediência, pois não seguiu as ordens de um superior durante a abordagem.
- (E) Roberto não cometeu crime, pois a abordagem foi uma ação policial legítima e dentro de sua autoridade.

Direito Administrativo**Rafael de Oliveira****61**

Sobre os princípios do Direito Administrativo, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O princípio da supremacia do interesse público justifica a imposição de restrições aos direitos individuais em benefício da coletividade.
- (B) O princípio da legalidade impõe que a Administração Pública só pode agir conforme a lei, enquanto os particulares podem fazer tudo o que não é proibido.
- (C) O princípio da impessoalidade veda qualquer tipo de promoção pessoal de agentes públicos em atos administrativos.
- (D) O princípio da moralidade administrativa é subjetivo e não pode ser usado como critério para anulação de atos administrativos.
- (E) O princípio da eficiência exige que a Administração atue com qualidade, rapidez e menor custo possível.

62

Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Todo ato administrativo pode ser revogado pela Administração Pública, independentemente de gerar direitos adquiridos.
- (B) A anulação de um ato administrativo ocorre quando há vício de legalidade, sendo possível ser feita pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário.
- (C) O silêncio administrativo sempre gera efeitos jurídicos vinculantes para a Administração Pública.
- (D) Os atos administrativos sempre possuem forma escrita, sem exceções.
- (E) Os atos administrativos discricionários não podem ser objeto de controle judicial.

63

Sobre os poderes administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O poder disciplinar permite à Administração punir servidores públicos e particulares que possuem vínculo jurídico com o Estado.
- (B) O poder de polícia autoriza a Administração a restringir direitos individuais em prol do interesse coletivo.
- (C) O poder hierárquico confere à Administração a prerrogativa de fiscalizar, coordenar e corrigir a atuação de seus órgãos subordinados.

- (D) O poder discricionário permite que o agente público aja conforme sua vontade pessoal, sem necessidade de observância da finalidade pública.
- (E) O abuso de poder ocorre quando há excesso ou desvio na atuação administrativa.

64

Sobre a organização administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A Administração Direta é composta por órgãos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.
- (B) As empresas públicas e sociedades de economia mista são entidades da Administração Direta.
- (C) As autarquias são entes privados que prestam serviços públicos sob concessão da Administração Pública.
- (D) A Administração Indireta é composta exclusivamente por órgãos públicos subordinados ao chefe do Executivo.
- (E) A desconcentração ocorre quando uma função pública é transferida a uma entidade com personalidade jurídica própria.

65

Sobre a Lei n. 14.133/2021 e licitações, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A nova Lei de Licitações prevê a obrigatoriedade da transparência ativa nos processos licitatórios.
- (B) O pregão é uma modalidade de licitação aplicável para aquisição de bens e serviços comuns.
- (C) As licitações presenciais são a regra e devem ser justificadas e ter as sessões obrigatoriamente registradas em ata e gravadas em áudio e vídeo.
- (D) A licitação pode ser dispensada em casos de emergência ou calamidade pública.
- (E) O critério de julgamento pode considerar o menor preço, melhor técnica ou melhor combinação entre técnica e preço.

66

Sobre o processo administrativo e a Lei n. 9.784/1999, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O contraditório e a ampla defesa devem ser garantidos sempre que houver decisão que possa afetar direitos do administrado.
- (B) Todo processo administrativo deve ser conduzido exclusivamente de forma presencial.
- (C) A Administração Pública não pode rever seus próprios atos, salvo por decisão judicial.
- (D) O particular não pode recorrer das decisões administrativas.
- (E) O silêncio administrativo nunca gera efeitos jurídicos.

67

Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei n. 13.709/2018, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A LGPD se aplica tanto ao setor público quanto ao setor privado.
- (B) O tratamento de dados pessoais deve observar princípios como finalidade, necessidade e transparência.
- (C) A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é responsável por fiscalizar a aplicação da LGPD.
- (D) A administração pública pode compartilhar dados pessoais sigilosos sem necessidade de justificativa legal.
- (E) O titular dos dados pode requerer a correção ou exclusão de seus dados pessoais.

68

Sobre a Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A publicidade é a regra, e o sigilo é a exceção na administração pública.
- (B) Qualquer cidadão deve justificar o pedido de acesso à informação.
- (C) Informações sigilosas podem ser fornecidas a qualquer interessado.
- (D) A Lei de Acesso à Informação não se aplica às empresas estatais.
- (E) A Administração pode recusar qualquer pedido de informação sem apresentar justificativa.

69

Sobre a Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Estado responde objetivamente pelos danos causados por seus agentes no exercício da função pública.
- (B) A responsabilidade do Estado pode ser excluída em casos de culpa exclusiva da vítima.
- (C) O Estado sempre responde por danos causados por atos omissivos.
- (D) Após indenizar a vítima, o Estado pode exercer ação regressiva contra o agente responsável.
- (E) A responsabilidade objetiva do Estado independe da comprovação de culpa do agente público.

70

Sobre improbidade administrativa, conforme a Lei n. 8.429/1992, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas servidores públicos podem cometer atos de improbidade.
- (B) A improbidade administrativa pode resultar em sanções como perda da função pública e suspensão dos direitos políticos.
- (C) O ressarcimento ao erário depende da comprovação de dolo do agente.

- (D) Não há necessidade de danos ao erário para caracterizar enriquecimento ilícito.
- (E) A pena de suspensão dos direitos políticos pode ser aplicada sem decisão judicial.

Administração Pública

Bruno Eduardo

71

O Tribunal de Justiça de um estado brasileiro identificou que, apesar de seus processos administrativos serem executados dentro do prazo e com a utilização de recursos mínimos, as decisões judiciais não estavam alcançando os resultados esperados na sociedade, como a redução da criminalidade e a celeridade processual. Diante desse cenário, o setor de planejamento estratégico do tribunal realizou uma análise sobre a performance institucional. Com base nos conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, assinale a alternativa que melhor descreve o problema identificado pelo Tribunal de Justiça.

- (A) O tribunal demonstrou alto nível de eficácia, pois cumpriu seus prazos internos, ainda que os impactos sociais das suas decisões não tenham sido satisfatórios.
- (B) O tribunal demonstrou eficiência, pois conseguiu executar suas atividades com o menor custo possível, mas não alcançou a efetividade esperada na sociedade.
- (C) A efetividade foi atingida, pois o tribunal conseguiu reduzir custos operacionais e otimizar processos, melhorando a celeridade processual.
- (D) A eficiência não foi alcançada, pois o cumprimento dos prazos internos não representa necessariamente a correta alocação de recursos públicos.
- (E) A falta de eficácia se deve ao fato de o tribunal não ter reduzido custos, demonstrando que um alto nível de gastos compromete os resultados institucionais.

72

O Ministério da Saúde está elaborando um novo plano estratégico para os próximos dez anos. Para isso, pretende avaliar tanto o ambiente interno da instituição quanto o contexto externo que pode impactar suas operações. A equipe responsável sugeriu o uso de uma ferramenta analítica capaz de identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, auxiliando no direcionamento das ações estratégicas. A ferramenta de análise seria mais adequada para essa finalidade é:

- (A) Matriz SWOT, pois permite avaliar fatores internos e externos que afetam a organização.
- (B) Análise de Cadeia de Valor, pois identifica as atividades que agregam mais valor dentro da organização.

- (C) Balanced Scorecard (BSC), pois mede o desempenho da organização a partir de indicadores financeiros e não financeiros.
- (D) Modelo das Cinco Forças de Porter, pois foca na concorrência e na rivalidade no mercado, sendo mais adequado ao setor privado.
- (E) PDCA, pois trata-se de uma ferramenta de melhoria contínua que não se aplica à análise de ambiente estratégico.

73

Uma Secretaria Estadual de Educação percebeu que sua estrutura hierárquica excessivamente rígida estava dificultando a implementação de novos projetos educacionais. Para aumentar a flexibilidade e a comunicação entre as áreas, a secretaria decidiu adotar um modelo que favorecesse a colaboração entre diferentes setores, permitindo que equipes fossem formadas temporariamente para atender a demandas específicas. O tipo de estrutura organizacional que seria mais adequado para atender às necessidades dessa secretaria é:

- (A) Estrutura Funcional, pois permite a especialização das atividades e maior controle hierárquico.
- (B) Estrutura Linear, pois garante uma cadeia de comando rígida e bem definida, aumentando o controle das atividades.
- (C) Estrutura Divisional, pois organiza a instituição por áreas geográficas ou grupos de clientes, sendo mais adequada para grandes corporações.
- (D) Estrutura em Rede, pois elimina a necessidade de uma hierarquia formal, adotando um modelo totalmente descentralizado.
- (E) Estrutura Matricial, pois possibilita que profissionais de diferentes departamentos atuem em projetos temporários sem perder o vínculo com suas áreas de origem.

74

O diretor de uma autarquia federal precisa tomar uma decisão estratégica em um cenário de alta incerteza. Para isso, deseja utilizar uma técnica de apoio à decisão que permita considerar múltiplos critérios e avaliar diferentes cenários de impacto. Assinale a alternativa que apresenta a abordagem mais adequada para embasar essa tomada de decisão.

- (A) Técnica Delphi, pois possibilita a coleta de opiniões de especialistas para alcançar um consenso sobre a melhor alternativa.
- (B) Matriz GUT, pois prioriza problemas a serem resolvidos, mas não avalia múltiplos cenários de decisão.
- (C) Análise Custo-Benefício, pois considera apenas aspectos financeiros, não sendo ideal para decisões estratégicas complexas.

- (D) Árvore de Decisão, pois permite mapear possíveis consequências de cada alternativa e avaliar os riscos envolvidos.
- (E) Intuição gerencial, pois as melhores decisões estratégicas são baseadas na experiência acumulada do gestor.

75

O Ministério Público de um estado brasileiro pretende modernizar sua infraestrutura digital para melhorar a eficiência dos processos internos e a transparência na prestação de serviços ao cidadão. Para isso, está avaliando a adoção de novas tecnologias, como inteligência artificial, blockchain e jurimetria, em conformidade com a Resolução CNMP n. 276/2023, que trata da Política Nacional do Ministério Público Digital – MP Digital. Com base no contexto apresentado, assinale a alternativa que melhor descreve uma possível aplicação dessas tecnologias na modernização do Ministério Público.

- (A) A inteligência artificial pode ser utilizada para automatizar a triagem de processos e auxiliar na formulação de pareceres jurídicos, aumentando a produtividade dos procuradores.
- (B) O blockchain pode ser utilizado para eliminar a necessidade de auditoria em contratos administrativos, tornando os processos licitatórios dispensáveis.
- (C) A jurimetria é um método estatístico que impede a subjetividade nas decisões judiciais, garantindo que todos os juízes adotem o mesmo entendimento em casos similares.
- (D) A automação do processo judicial reduz a necessidade de servidores públicos no Ministério Público, permitindo cortes massivos de pessoal sem prejuízo à prestação de serviços.
- (E) O uso de algoritmos de aprendizado de máquina em processos judiciais substitui completamente a necessidade de revisão humana, tornando o trabalho dos magistrados desnecessário.

Administração Financeira e Orçamentária

Anderson Ferreira

76

Sobre o plano plurianual – PPA, a lei de diretrizes orçamentárias – LDO e a lei orçamentária anual – LOA, analise as alternativas a seguir e assinale a incorreta.

- (A) A LOA compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social.
- (B) A LDO conterá anexo de riscos fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos que podem afetar as contas públicas.

- (C) A LDO será acompanhada do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de renúncia de receita.
- (D) O PPA possui vigência de quatro anos e estabelece diretrizes, objetivos e metas.
- (E) A LDO disporá sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

77

No sistema e processo de tramitação do orçamento público, na esfera federal o órgão central que exerce papel de protagonismo é o(a)

- (A) Controladoria-Geral da União – CGU
- (B) Ministério Público Federal – MPF
- (C) Receita Federal do Brasil – RFB
- (D) Secretaria de Orçamento Federal – SOF
- (E) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN

78

Os princípios orçamentários, na concepção do orçamento público brasileiro, estabelecem diretrizes básicas e conferem racionalidade, eficiência e transparência durante todo o processo orçamentário.

A seguir, assinale a opção que representa o princípio orçamentário que veda, em regra, a vinculação da receita de impostos a órgãos, fundos e despesas.

- (A) Exclusividade.
- (B) Não afetação.
- (C) Anualidade.
- (D) Proibição do estorno.
- (E) Regionalização.

79

Para a execução da receita e despesa pública, são percorridos estágios. Com base nisso, assinale a alternativa em que corretamente indica o estágio de execução da despesa pública em que é criada obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.

- (A) Arrecadação.
- (B) Liquidação.
- (C) Fixação.
- (D) Lançamento.
- (E) Empenho.

80

Das alternativas a seguir, assinale aquela em que é definido um conteúdo do Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

- (A) Comparativo com os limites de concessão de garantias.
- (B) Demonstrativo relativo ao resultado nominal.
- (C) Balanço orçamentário.
- (D) Demonstrativo relativo às receitas e às despesas previdenciárias.
- (E) Apuração da receita corrente líquida.

Redação Discursiva

Leticia Bastos

A modernização da administração pública é um dos grandes desafios do setor público brasileiro. O avanço tecnológico tem possibilitado a implementação de ferramentas digitais que tornam os processos mais eficientes e acessíveis. No entanto, a resistência à mudança, a falta de capacitação dos servidores e a burocracia excessiva ainda representam obstáculos à inovação no setor público.

Como você avalia a importância da modernização da administração pública no Brasil? Quais medidas podem ser adotadas para tornar a gestão pública mais eficiente e alinhada às necessidades da sociedade?

Diga o que pensa sobre o tema em um texto dissertativo-argumentativo, com extensão entre 20 e 30 linhas, utilizando linguagem culta e mantendo uma estruturação lógica.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora